



**AO PREGOEIRO INTEGRANTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC**

Ref. PE Nº 90017/2024

ESTAÇÃO VIP. VIG. E TRANSP. DE VALORES LTDA., já qualificada no certame em epígrafe, vem à presença de vossa senhoria interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que declarou a empresa **TOTAL - VIGILANCIA E SEGURANÇA** vencedora do **grupo 01** do Pregão nº 90017/2024

I DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

A intenção de recurso foi apresentada no dia 13/05/2024, conforme se extrai do Compras Net, de forma que o prazo para envio do presente recurso administrativo, de 3 (três) dias, encerra-se no dia 16/05/2024, às 23h59, sendo, portanto, tempestivo o protocolo realizado nesta data.

**II DAS RAZOES QUE ENSEJAM A REFORMA DA DECISAO
ADMINSITRATIVA:**

A nova Lei de Licitações estabelece que, na fase de habilitação, os fornecedores devem atender aos requisitos preliminares para disputar a oportunidade.

Matriz - Rio Branco/Acre R. Major Jenor, 50 - Distrito Industrial, CEP 69.920.160 CNPJ: 09.228.233/0001-10 FONE: (68) 2106-3450	Filial 1 - Porto Velho/RO R. Pio XII - Nº 2219 - São J. Bosco, CEP 76.803-778 CNPJ: 09.228.233/0002-00 FONE: (69) 3221-3873	Filial 2 - Manaus / AM R. Albert Sabin 10, s/n -Parque 10, CEP 69.054-724 CNPJ: 09.228.233/0003-82 FONE: (92) 3071-7324	Filial 3 - Belém/PA Tv. São Pedro, nº 236 - Campina, CEP 69.023-570 CNPJ: 09.228.233/0004- 63 FONE: (91) 3119-8361	Filial 4 - Macapá/AP R. Caubi S. Melo, Nº 332 - Pantanal, CEP 68.907-301 CNPJ: 09.228.233/0005-44 FONE: (96) 3345-5999
---	---	---	--	--

licitacao@vipseg.net.br – gerente.operacional@vipseg.net.br - administrativo@vipseg.net.br – rhvip@vipseg.net.br

Sua segurança em primeiro lugar!



Nesse sentido, deve-se observar o que dispõe o art. 63 da Lei 14.133/21, especialmente o inciso IV, que exige a apresentação de uma declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social: *"Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições: (...) IV – será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas"*.

É importante notar que o verbo "será" está no imperativo, o que indica que tal exigência não está no espectro da conveniência ou oportunidade, sendo, portanto, obrigatória sua observância.

Além disso, o caput do art. 63 da 14.133/21 também deixa claro que o atendimento à exigência prevista no inciso IV deve ocorrer na **FASE DE HABILITAÇÃO**.

Vale ressaltar que, conforme o art. 92 da mesma lei, entre as condições necessárias dos contratos, está prevista, no inciso XVII, *"a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz"*. Por sua vez, o art. 116 reforça essa obrigação, estabelecendo expressamente que: *"Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas"*, enquanto o art. 137, IX, dispõe que o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos previstas em lei é motivo para a extinção do contrato.

Logo, a Lei 14.133/21 é clara e objetiva: para prestar serviços ao Governo, a empresa deve atender rigidamente à legislação previdenciária e trabalhista,

Matriz - Rio Branco/Acre R. Major Jenor, 50 - Distrito Industrial, CEP 69.920.160 CNPJ: 09.228.233/0001-10 FONE: (68) 2106-3450	Filial 1 - Porto Velho/RO R. Pio XII - Nº 2219 - São J. Bosco, CEP 76.803-778 CNPJ: 09.228.233/0002-00 FONE: (69) 3221-3873	Filial 2 - Manaus / AM R. Albert Sabin 10, s/n -Parque 10, CEP 69.054-724 CNPJ: 09.228.233/0003-82 FONE: (92) 3071-7324	Filial 3 - Belém/PA Tv. São Pedro, nº 236 - Campina, CEP 69.023-570 CNPJ: 09.228.233/0004- 63 FONE: (91) 3119-8361	Filial 4 – Macapá/AP R. Caubi S. Melo, Nº 332 - Pantanal, CEP 68.907-301 CNPJ: 09.228.233/0005-44 FONE: (96) 3345-5999
---	---	---	--	--

licitacao@vipseg.net.br – gerente.operacional@vipseg.net.br - administrativo@vipseg.net.br – rhvip@vipseg.net.br

Sua segurança em primeiro lugar!



cumprindo as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social.

Consequentemente, é DEVER da Administração exigir a declaração na data de entrega da proposta, pois a lei disciplinou, expressamente, que este é o momento adequado de apresenta-la.

A exigência prevista no art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/21, não é nenhuma novidade, pois o cumprimento de cotas para portadores de deficiência existe desde 1991, conforme art. 93, da Lei 8.213/91, que estabelece que empresas com cem ou mais empregados estão obrigadas a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência; Aliás, diga-se de passagem, que independentemente do Termo de Referência trazer ou não cláusula expressa e explícita sobre a necessidade da apresentação da declaração de cumprimento das cotas de PCD, não desobriga os licitantes a observarem as exigências previstas na lei que fundamentou o processo de compra, ou seja, a Lei 14.133/21.

Todavia, COMPULSANDO-SE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da empresa TOTAL VIGILANCIA, NÃO SE VERIFICA DECLARAÇÃO DE QUE ELA CUMPRE AS COTAS DE PCDS, nos termos da fundamentação retro.

Ante a ausência de declaração de que o licitante vencedora “cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas”, esta que é **REQUISITO DE HABILITAÇÃO SOCIAL DO LICITANTE**, e que deveria ser atendido na fase de habilitação do processo de contratação, concluímos que a vencedora não atendeu ao edital e à própria lei geral de licitações, razão pela qual a recorrente requer a imediata reforma do ato impugnado, com a **DESCCLASSIFICAÇÃO e INABILITAÇÃO** da empresa recorrida.

Matriz - Rio Branco/Acre R. Major Jenor, 50 - Distrito Industrial, CEP 69.920.160 CNPJ: 09.228.233/0001-10 FONE: (68) 2106-3450	Filial 1 - Porto Velho/RO R. Pio XII - Nº 2219 - São J. Bosco, CEP 76.803-778 CNPJ: 09.228.233/0002-00 FONE: (69) 3221-3873	Filial 2 - Manaus / AM R. Albert Sabin 10, s/n -Parque 10, CEP 69.054-724 CNPJ: 09.228.233/0003-82 FONE: (92) 3071-7324	Filial 3 - Belém/PA Tv. São Pedro, nº 236 - Campina, CEP 69.023-570 CNPJ: 09.228.233/0004- 63 FONE: (91) 3119-8361	Filial 4 – Macapá/AP R. Caubi S. Melo, Nº 332 - Pantanal, CEP 68.907-301 CNPJ: 09.228.233/0005-44 FONE: (96) 3345-5999
--	--	--	---	---

licitacao@vipseg.net.br – gerente.operacional@vipseg.net.br - administrativo@vipseg.net.br – rhvip@vipseg.net.br

Sua segurança em primeiro lugar!



III. DOS PEDIDOS

Na enseada de todo o exposto, a Recorrente requer a Vossa Senhoria seja o presente recurso recebido, dando-lhe provimento para a) REFORMAR a decisão que HABILITOU e DECLAROU VENCEDORA a recorrida TOTAL SEGURANÇA porquanto a empresa NÃO apresentou documento de habilitação social tempestivamente.

Pede deferimento.

Rio Branco-Acre, 16 de maio de 2024.

ESTAÇÃO VIP. VIG. E TRANSP. DE VALORES LTDA

Matriz - Rio Branco/Acre R. Major Jenor, 50 - Distrito Industrial, CEP 69.920.160 CNPJ: 09.228.233/0001-10 FONE: (68) 2106-3450	Filial 1 - Porto Velho/RO R. Pio XII - Nº 2219 - São J. Bosco, CEP 76.803-778 CNPJ: 09.228.233/0002-00 FONE: (69) 3221-3873	Filial 2 - Manaus / AM R. Albert Sabin 10, s/n -Parque 10, CEP 69.054-724 CNPJ: 09.228.233/0003-82 FONE: (92) 3071-7324	Filial 3 - Belém/PA Tv. São Pedro, nº 236 - Campina, CEP 69.023-570 CNPJ: 09.228.233/0004- 63 FONE: (91) 3119-8361	Filial 4 - Macapá/AP R. Caubi S. Melo, Nº 332 - Pantanal, CEP 68.907-301 CNPJ: 09.228.233/0005-44 FONE: (96) 3345-5999
---	---	---	--	--

licitacao@vipseg.net.br – gerente.operacional@vipseg.net.br - administrativo@vipseg.net.br – rhvip@vipseg.net.br

Sua segurança em primeiro lugar!